

“SOU SURDA, MAS...”: CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E INSCRIÇÃO DO SUJEITO SURDO NA ESCRITA DE SI

Miriam Ramos dos Santos¹
Sandro Braga²

RESUMO: Neste artigo, analisamos a inscrição e a construção discursiva do sujeito surdo na escrita autobiográfica em língua portuguesa, tendo como *corpus* a obra *A verdadeira beleza: uma história de superação*, de Vanessa Vidal. A análise pauta-se pela vertente teórica da Análise do Discurso, sobretudo pelos postulados de Pêcheux e Orlandi, além de estabelecer diálogos com o aporte teórico dos Estudos Culturais, a partir de Hall, e dos Estudos Surdos, discutidos por Quadros, Perlin e Stumpf.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Sujeito; Escrita autobiográfica; Identidade surda; Mulher surda.

ABSTRACT: In this article, we analyze the inscription and the discursive construction of the deaf subject in the autobiographical writing in portuguese language, having as *corpus* the work *A verdadeira beleza: uma história de superação*, of Vanessa Vidal. The analysis is based on the theoretical aspect of Discourse Analysis, mainly by the postulates of Pêcheux and Orlandi, besides establishing dialogues with the theoretical contribution of Cultural Studies, from Hall, and Deaf Studies, discussed by Quadros, Perlin and Stumpf.

KEYWORDS: Discourse; Subject; Autobiographical writing; Deaf identity; Deaf woman.

Introdução

Em tempos de *reality show*, o voyeurismo sobre a história alheia incita (e excita) leitores, autores e editoras a tornar público desde os mais íntimos segredos a trivialidades da vida cotidiana, narrando-os e descrevendo em minúcias as vivências alheias. Dessa forma, com notório sucesso de vendas nas últimas décadas, os livros biográficos e, sobretudo, autobiográficos atraem por sua tendência a apresentar histórias de sucesso, de superação de limites diante de alçozes da vida. Quanto mais famosa, polêmica, bem sucedida ou diferente for a pessoa cuja vida é narrada, maior a possibilidade de a obra vir a se tornar um *best seller*. O ser narrado vira protagonista ou antagonista, amado ou odiado, mas, sobretudo um modelo do que se deve ou não seguir, tendo em vista os êxitos e fracassos (se expostos) por e sobre ele narrados.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis/SC. Docente do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Campus XXI, Ipiáú/BA. E-mail: mramosletras@yahoo.com.br.

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Docente do Departamento de Língua e Literatura Vernácula e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis/SC. E-mail: sandrocombraga@gmail.com.

Nesse contexto, observamos que, desde o início do século XXI, no Brasil, têm surgido vários livros autobiográficos de sujeitos surdos. Entre eles, destacamos o *corpus* objeto deste trabalho: a obra *A verdadeira beleza*, de Vanessa Vidal (2011 [2009]), cuja autora é conhecida no cenário nacional por ter sido eleita miss Ceará 2008 e vice miss Brasil 2008, uma jovem modelo surda, participante da liderança surda no país. A partir dessa obra e considerando o fato de a autora escrever sobre si em língua portuguesa – mesmo sendo ubente da libras –, para divulgar suas vivências, dificuldades e vitórias, em especial, por se tratar de uma mulher surda, indagamos: *Se e como* escrever autobiografias pode implicar em um gesto de inscrição em filiações discursivas do sujeito surdo, constituindo uma construção discursiva identitária?

Norteados por essa questão, propomo-nos, neste artigo, a analisar a escrita autobiográfica, em língua portuguesa, de um sujeito surdo enquanto prática discursiva, a fim de identificar possíveis marcas de inscrição desse sujeito que alçam a constituição de identidade(s) surda(s). Para isso, em primeiro lugar, averiguamos a escrita autobiográfica como prática discursiva, considerando elementos da Análise de Discurso (AD) no âmbito das proposições pecheutianas, como: sujeito, autoria, formações imaginárias e formações discursivas. Na sequência, buscamos verificar a inscrição do sujeito surdo em textos autobiográficos escritos em língua portuguesa, tendo em vista a relação língua, identidade e escrita, a partir da AD – Pêcheux (1990, 1997) e Orlandi (1996, 1998, 2001, 2005) – dos Estudos Culturais – Hall (2004, 2011) – e dos Estudos Surdos – Quadros (2006); Campos e Stumpf (2012) e Perlin (2013). Por fim, analisamos a construção discursiva do surdo na obra autobiográfica *A verdadeira beleza* (2011 [2009]), de Vanessa Vidal, considerando as imagens de si, do outro e do referente no texto como possíveis desencadeadores de posicionamentos do sujeito em formações discursivas, a partir de enunciados do tipo “Sou surda, *mas...*” presente no *corpus*.

A inscrição do sujeito surdo na escrita autobiográfica: autoria, formações imaginárias e posições discursivas

Segundo Lejeune (2014), por definição de autobiografia temos: “[...] narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade.” (p. 16). Para ele, nesse conceito estão presentes quatro categorias: i) forma de linguagem, ou seja, se é um texto em narrativa ou em prosa; ii) o assunto a ser tratado, isto é, a história sobre a vida individual e sobre uma personalidade; iii) a situação do autor – identidade dele e do narrador; iv) a posição

do narrador – a qual pode ser pensada em relação à identidade do narrador e à do protagonista da história, bem como a “perspectiva retrospectiva da narrativa” (p. 17). Assim, o autor considera que um texto, para ser considerado autobiográfico, deve preencher todas as condições expostas em cada categoria apresentada – ainda que parcialmente, no tangente a certas categorias – bem como deve ser constituído principalmente pela narrativa, não desprezando, nessa visão, a relevância do discurso para a narração autobiográfica, assim como a perspectiva e a retrospectiva. (LEJEUNE, 2014).

Por fim, Lejeune alerta que “Para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima), é preciso que haja relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem.” (2014, p. 18). A autobiografia, assim, é elaborada a partir do eu, ou, nas palavras de Stendhal retomadas por Lejeune (2014, p. 19), “Do eu misturado comigo, fazes a recidiva”.

Dosse (2009), ao discorrer sobre aspectos da biografia, um gênero considerado similar à autobiografia, excetuando-se certas peculiaridades dado as autorias distintas e suas implicaturas, argumenta que “A biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstrução de uma época, com seus sonhos e angústias.” (2009, p. 11). Ele prossegue com a sustentação de que “No século XIX, Dilthey dizia exatamente isso, considerando a biografia um meio privilegiado de chegar ao universal. Para ele, ‘a história universal é a biografia, diríamos até a autobiografia da humanidade’.” (DOSSE, 2009, p. 11).

Especificamente, acerca da publicação de autobiografias de surdos, no Brasil, até o início do século XXI, apenas se tinha conhecimento de obras autobiográficas estrangeiras dessa natureza, como os *best sellers*: *A história de minha vida* (2003), publicado pela primeira vez em 1903, de Helen Keller, uma renomada surdo-cega americana; e a obra, publicada primeiramente em 1994, intitulada *O vôo da gaivota* (2000), de Emanuelle Laborit, uma surda francesa.

Alavancados pelas lutas e conquistas da comunidade surda brasileira (como a promulgação da lei 10.436/02), os livros de narrativas autobiográficas de autoria de surdos brasileiros – sobretudo escritoras surdas – já somam, até então, mais de 10 obras. Entre esses livros, encontramos a obra *A verdadeira beleza*, de Vanessa Vidal (2011 [2009]), escolhida como nosso *corpus* analítico por ter alcançado certa repercussão na mídia televisiva e impressa.

As narrativas de si escritas por surdos, segundo Felipe Mianes, Janete Inês Müller e Rita Simone Silveira Furtado (2011), “[...] trazem importantes elementos de análise sobre os processos de representação, produção e circulação das identidades surdas e de seus diversos

marcadores culturais [...]” (p. 57). Isso porque essas narrativas evocam rastros da memória, de modo que o sujeito que (se) narra revive certas experiências, (re)interpretando-as. Observamos que esse gesto de interpretar o vivido consiste em um gesto novo de significá-lo para inscrevê-lo em sua escrita.

Ao escreverem sobre si, ressaltam Mianes, Müller e Furtado (2011), “[...] também os narradores compartilham sua identidade através de uma continuidade temporal, constituindo-se no tempo de vida presente, tendo em vista a sua inserção no interior de uma trama discursiva.” (p. 57). Além disso, devido a filiações ideológicas dos autores dessas produções culturais, a circulação e leitura dessas obras tendem a favorecer “[...] a constituição de alguns comportamentos ou posicionamentos a que todos os surdos devem aderir, como, [...] em relação à valorização das línguas de sinais.” (p. 69).

A literatura, dessa forma, também se constitui em espaço utilizado por escritores surdos, principalmente com a finalidade de demonstrar sua vinculação às identidades surdas e a um posicionamento político de resistência a processos de normatização, reivindicando a diferença através de marcadores culturais da(s) cultura(s) surda(s). Diante disso, é possível encontrar, nas obras produzidas por surdos, organizadas em diferentes gêneros textuais, várias recorrências e algumas particularidades no que diz respeito ao relato de suas experiências. (MIANES; MÜLLER; FURTADO, 2011, p. 57).

Nesse ponto, lembramos que, no contexto brasileiro, nem todo sujeito surdo escritor de autobiografia filia-se a posições em formações discursivas voltadas para os ideais da comunidade surda. Um dos exemplos disso é a autobiografia *Crônicas da Surdez* (2013) de Paula Pfeifer, em que o sujeito surdo defende a ideia da surdez como doença e o uso do implante coclear como a cura, uma solução para o que considera como problema.

Vale ressaltar que muitas narrativas autobiográficas foram escritas por surdos ubentes da libras, os quais, em sua maioria, posicionam-se como defensores do uso da libras entre os surdos, de cultura e identidades surdas e das causas surdas em geral. Entretanto, merecedor de nota é o fato de os textos citados terem sido escritos em português.

Para Mianes, Müller e Furtado (2011), mesmo essa escolha por uma língua de modalidade oral auditiva distinta da libras, que é visual-espacial, se configurando como uma aparente contradição, tal fato está atrelado a uma necessidade de circulação da obra para além das comunidades surdas. De modo que, os autores afirmam: “Pressupomos, assim, que a escrita em português transcende a função expressiva e estética da literatura, pois em jogo também estão questões políticas e de constituição de significados.” (p. 59).

Para Karnopp (2014), o surdo submete-se a escrever em português devido ao fato de que a escrita (em certas línguas, que representam capitais culturais de culturas dominantes) mantém certo vínculo com o poder, com *status* social, com valores e atitudes:

O ponto de partida é um entendimento da natureza da escrita como um ato político, social, mental e linguístico. Considero a escrita como uma prática social, em relações sociais de uma determinada comunidade, cada uma com suas próprias e complexas práticas convencionais e ideológicas em que o indivíduo precisa encontrar uma identidade como escritor em que ele se sinta confiante e confortável com a mesma. (p. 53).

Karnopp (2014) salienta que por meio da escrita, identifica-se o escritor, isto é, “Escrever constrói identidade para escritores.” (p. 58). É também por intermédio dela que “[...] escritores estão interligados com outros e com as questões de quem escreve sobre o que e para quem, para que, por que e como.” (p. 58). Nesta relação entre o escritor e sua identidade, interessa investigar: “Como o escritor [...] procurou representar-se no texto e os conflitos em relação às ideias e as restrições impostas pelas convenções gramaticais.” (KARNOPP, 2014, p. 58); e, no caso, dos sujeitos surdos ubentes da libras: “Como procurou traduzir suas ideias em outra língua e os conflitos enfrentados durante esse processo.” (p. 58).

Há muitas outras questões envolvendo a escrita em língua portuguesa por surdos ubente da libras, por exemplo, no caso de obras publicadas com esse perfil, a questão da revisão e edição destes textos por ouvintes, suas implicações etc. Neste trabalho, porém, restringimos nossa investigação à existência de um vínculo entre escrita, identidade e língua, o que indica ser crucial para analisarmos a inscrição do sujeito na escrita autobiográfica e a construção discursiva desse sujeito inscrito no texto escrito. Assim, cabe investigarmos, sob as considerações de nosso campo teórico, a AD, a relação entre língua e identidade, sujeito e autoria, bem como o atravessamento de posições ideológicas nessas relações.

Sobre a relação entre língua e identidade, para Orlandi (1998), esse vínculo é comumente relacionado à identidade linguística, ou seja, à junção entre identidade e nacionalidade, cultura – por exemplo, no nosso caso, identidades surdas, cultura surda e o uso da libras –, ou “pertencimento a um Estado”. Para analisar essa relação, a autora propõe quatro reflexões, que retomamos a seguir:

A primeira delas é que “a identidade é um movimento na história” (ORLANDI, 1998, p. 204), ou seja, ela não é estática e categórica, não é homogênea e está em transformação. O que existe é uma ilusão de identidade fixa, a qual faz parte de um imaginário que, por um lado “[...] nos garante uma unidade necessária nos processos identitários, por outro lado, é ponto de ancoragem de preconceitos e de processos de exclusão.” (ORLANDI, 1998, p. 204), de modo

que a ideia de identidade constitui-se a partir de uma relação entre unidade e dispersão. Nas palavras da autora, “É preciso que haja uma unidade do sujeito, para que, no movimento de sua identidade, ele se desloque nas distintas posições [...]” (ORLANDI, 1998, p. 204). Esse movimento da identidade, pautado na articulação entre unidade e dispersão, ocorre como “[...] um percurso na história, com suas determinações e seus deslocamentos.” (ORLANDI, 1998, p. 205), de modo que nele não se deve considerar “[...] a injunção a ser-se o mesmo na relação com o Outro que, por sua vez, nos identifica.” (p. 205).

A segunda reflexão, proposta por Orlandi (1998, p. 204), diz respeito ao fato de que “ao significar, o sujeito se significa”, isso porque “Sujeito e sentido se configuram ao mesmo tempo e é nisto que consistem os processos de identificação.” (p. 205). Dessa forma, são os mesmos mecanismos que regem a produção de sujeitos e de sentidos, e esses mecanismos de produção, “[...] implicam, por sua vez uma relação da língua (sistema capaz de equívoco) com a história, funcionando ideologicamente (relação necessária do simbólico com o imaginário).” (p. 205).

O terceiro ponto de discussão da autora parte de que “Identidade não se aprende, isto é, não resulta de processos de aprendizagem, mas se refere, isso sim, a posições que se constituem em processo de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia.” (ORLANDI, 1998, p. 204). Tanto os sentidos quanto os sujeitos são resultados de filiações em redes, de posições em distintas formações discursivas, formações essas definidas por Michel Pêcheux (1997, p. 160) como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, [...], determina o que pode e deve ser dito.”

Por fim, Orlandi (1998, p. 204) propõe a última reflexão acerca da relação entre língua e identidade: “Todo processo de significação é constituído por uma ‘mexida’(deslize) em redes de filiações históricas (M. Pêcheux, 1983), sendo, desse modo, ao mesmo tempo, repetição e deslocamento.”

No âmbito da Análise do Discurso, em se tratando da inscrição do sujeito na escrita autobiográfica, além da relação entre língua e identidade, um ponto crucial deve ser colocado quando pensamos nessa escrita, no sujeito que escreve e no texto produzido: trata-se da questão da autoria.

A noção de autoria é formulada por Michel Foucault (1996 [1970]) “[...] como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem das suas significações, como lastro da sua coerência.” (p. 26), sendo o autor responsabilizado pelo seu dizer. Orlandi (2001), parte dessa noção e a reformula, considerando a predominância da noção de ideologia, constitutiva da Análise do Discurso orientada pela perspectiva de Michel Pêcheux.

Para Orlandi (2001), “O autor é, pois, o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido.” (p. 79). O autor deve ser visto como “[...] posição que inscreve o dizer na memória e o interpreta e que, por isso mesmo, produz deslocamentos, transferências, ‘outros’ sentidos, no trabalho contínuo do equívoco.” (ORLANDI, 1998, p. 211). E, por remeter a uma posição discursiva, resultante da interpelação do indivíduo afetado pela ideologia, a noção de autor é uma função – função-autor – dessa noção de sujeito, com responsabilidades específicas. (ORLANDI, 1996).

A função-autor, ressalta Orlandi (2001), está submetida a um rígido controle social sobre a linguagem. Há uma cobrança para que o autor seja a origem e fonte do seu discurso, uma pressão pela padronização e institucionalização do dizer. Como consequência, essa função exerceria um maior *apagamento* do sujeito na AD, o qual, tomado de forma inconsciente e ideológica, está submetido à ilusão de ser a origem do dizer, do discurso, e à ilusão da formulação do enunciado, do dizer do sujeito só poder ser de uma forma e não de outra. As referidas ilusões do sujeito são denominadas por Pêcheux (1997) como esquecimentos nº 1 e nº 2.

Ao mesmo tempo em que o autor está sujeito à exterioridade (aos controles e cobranças), ele também está suscetível à interioridade, visto que é na sua inscrição na materialidade discursiva, por exemplo, no texto escrito, em práticas de escrita, que ele pode construir certa identidade como autor. Assim, “[...] ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica.” (ORLANDI, 2001, 79).

Em outro trabalho, Orlandi salienta que “[...] a autoria ao mesmo tempo constrói e é construída pela interpretação.” (1996, 75). Uma condição para que o sujeito se constitua como autor é que sua produção seja interpretável, para que ele historicize seu dizer, inscreva sua formulação no interdiscurso. É por se representar no lugar de autor, ou seja, assumir a posição-autor, que o sujeito produz um “evento interpretativo”. Ao mesmo tempo em que determina, a posição-autor também é determinada pela interpretação, de modo que “O autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem ‘de fora’.” (ORLANDI, 1996, p. 74-75). A relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor) estabelece um lugar de interpretação que constitui a posição-autor, configurando a determinação ideológica da autoria.

A partir dessas noções teóricas expostas, entendemos que a função-autor é perpassada por formações imaginárias, pois ao escrever, o sujeito, pelo mecanismo de antecipação constitutivo das formações imaginárias, projeta imaginariamente o Outro (o interdiscurso, as

condições de produção) e, também o outro, isto é, o sujeito-leitor – interlocutor ou “leitor virtual” (ORLANDI, 2001) –, de modo a formular imaginariamente interpretações possíveis ao texto cuja autoria lhe será imputada.

Essas formações imaginárias são definidas por Pêcheux (1990) como parte das condições de produção do discurso. Para ele, em todo processo discursivo supõe-se haver formações imaginárias, cuja função é designar uma rede de imagens: as imagens que destinador (A) e destinatário (B) atribuem a si e ao outro, as imagens que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro, de modo que A antecipa o modo como B atribuirá sentido ao seu discurso e B antecipa o modo como A proferirá o discurso. Tais formações imaginárias constituem regras de projeção capazes de “[...] estabelecer relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).” (PÊCHEUX, 1990, p. 82).

Podemos notar que essas redes de projeção imaginárias afetam não apenas as imagens que o sujeito-autor faz do outro (IA(B)) e de como o outro poderá interpretar o texto lido (IA(IB(R))), mas também afetam a imagem do próprio autor sobre si mesmo (IA(A)), de como o outro, supostamente, o “vê” (IA(IB(A))), e a imagem do autor sobre o texto, ou assunto tratado nele (IA(R)).

Quando focamos nessas redes de projeção das formações imaginárias para investigar os textos autobiográficos, a força das imagens sobre si, sobre o outro e sobre o referente poderão interferir em posições discursivas assumidas pelo sujeito-autor na narrativa. No nosso *corpus*, por exemplo, temos o sujeito que se narra, conta sua história, trata-se do seu olhar sobre si como um sujeito que sendo surdo, mulher e belo conseguiu alcançar certo destaque social.

Assim, para analisarmos a inscrição desse sujeito na escrita autobiográfica a fim de entendermos essa construção discursiva identitária, importa investigar como se constitui a imagem desse sujeito sobre si, sobre o que imagina ser, e as imagens que projeta sobre as imagens do outro sobre ele, enquanto sujeito surdo.

Construção discursiva do surdo em *A verdadeira Beleza* de Vanessa Vidal

No livro, *A verdadeira Beleza* (2011 [2009]), *corpus* deste trabalho, a imagem de Vanessa Vidal confunde-se com a de sua profissão, de modelo, talvez em uma perspectiva mais ampla, ou seja, modelo como sinônimo de uma referência para a comunidade surda e para outras pessoas em geral. A autora seria então uma modelo surda em dois aspectos: no literal – pela profissão, pela beleza física - e no figurado – como referência de uma pessoa

surda com “uma história de superação”, uma militante das causas surdas com destaque na mídia. Sua imagem seria de um modelo a seguir, uma fonte de inspiração para surdos e, entre os ouvintes, um modelo-representante dos surdos, em uma tentativa de buscar narrar/descrever como é ser surdo sob um matiz diferente da caracterizada pelo discurso da surdez como deficiência.

Nesse âmbito, podemos considerar que o sujeito seria modelo no sentido de encarnar, ou melhor, assujeitar-se aos ideais identitários acerca do surdo defendidos pela comunidade surda e por teóricos dos Estudos Surdos. Contudo, entendemos que esse assujeitamento aos ideais da comunidade surda não ocorreria mecanicamente e nem de forma homogênea, como se o sujeito seguisse um comando. Pela própria condição do funcionamento inconsciente da ideologia do/no sujeito, o não domínio pelo seu próprio dizer e a não transparência da linguagem, mesmo tentando defender uma causa, ao dizer algo para ter sentido x e não y sempre poderá haver deslizes de/nos sentidos e em posicionamentos em outras filiações discursivas, nem sempre previstas, ou aceitas, na defesa pela causa surda posta pela comunidade.

No que tange a concepções de língua, identidade e cultura surdas, partimos, primeiramente, da perspectiva de identidade exposta por Stuart Hall (2004; 2011). Segundo Hall (2004), essa noção abarca a construção dos sujeitos na história, entre eles o sujeito pós-moderno, o qual se configura pela sua fragmentação, por adotar identidades múltiplas – por exemplo, os surdos não são apenas surdos, usuários ou não de língua de sinais, eles também podem ser, como Vanessa Vidal: mulher, jovem, modelo profissional, nordestina, etc. Hall (2011) considera ser a identidade pautada na diferença, de modo que, para ele, as identidades existem e são constituídas a partir do outro, das diferenças entre o eu e o outro.

Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que nelas são investidos. (HALL, 2011, p. 112).

No caso das denominadas identidades surdas, defendidas por autores dos Estudos Surdos como Perlin (2013) e Strobel (2009), o próprio adjetivo *surda* atribuído à identidade já remete a, por contraposição, uma ou mais identidade (s) ouvinte (s), isto é, a um outro. O que seria uma identidade surda? Aquela que não é ouvinte, e vice-versa, tanto que o termo identidade ouvintista é comumente utilizado em referência a identidades não-surdas.

Entre os citados autores dos Estudos Surdos, parece haver um consenso acerca de que as identidades surdas são caracterizadas pelas experiências visuais e pela língua de sinais. “Pertencer à cultura surda implica dominar, em maior ou menor grau, a língua de sinais que caracteriza o grupo ao qual aquele surdo se integra.” (CAMPOS; STUMPF, 2012, p. 177). Culturas e identidades surdas “[...] são multifacetadas, mas apresentam características que são específicas em relação às experiências surdas, elas são visuais, elas traduzem-se de forma visual, traduzem-se por meio da língua de sinais.” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 14). Perlin (2013) e Strobel (2009) acrescentam que essas identidades são fortalecidas no encontro do surdo com os outros sujeitos surdos, com a comunidade surda.

No *corpus*, a autora, na maior parte da obra, posiciona-se dentro de uma formação discursiva que se constitui favorável a essas ideias sobre língua de sinais e identidade surda, definindo-se como militante e seguidora desse ideário. Vidal (2011) inclusive aconselha outras pessoas à adesão a essas propostas:

Defendo que se deve assegurar à criança surda a aprendizagem prioritária da língua de sinais, mais a língua oficial do país em que reside; no nosso caso, o português. (p. 137).

Quando aprendi a LIBRAS, descobri um novo mundo, passei a entender coisas simples. Sentimentos como amor, felicidade e tristeza já não foram apenas palavras, ganharam vida e significado dentro de mim. Senti a vida fluir de forma mais prazerosa. O contato com a LIBRAS foi a chave para o meu desenvolvimento, o caminho para a construção da minha identidade surda. (p. 126).

Já com a LIBRAS é diferente, as ideias fluem, as opiniões são claras, coesas, precisas. LIBRAS é a ponte. LIBRAS é a nossa língua. (p. 127).

Não privemos as crianças surdas do contato frequente com a comunicação surda, sua cultura e identidade. Neste caminho existe a segurança para um desenvolvimento futuro. (p. 127).

Contudo, essa posição nem sempre é uma constante na obra em análise, como podemos verificar em três dos enunciados presentes no livro marcados pela adversativa *mas*, mais precisamente na repetição “Sou surda, *mas...*”:

- (1) Pensava com meus botões: ‘Sou uma pessoa *surda* e simples, e enfrento muitas dificuldades’. *Mas Deus* realizou o milagre em minha vida: *deu-me a beleza* para que pudesse trilhar caminhos menos tortuosos. (p. 88, grifos nossos).
- (2) *Sou surda, mas sou oralizada*. Sou feliz. Já me sugeriram que eu não precisava usar língua de sinais, pois, na vivência diária, falo bem. Pronunciar palavras eu posso, sim, *converso com quem não sabe LIBRAS, normalmente*. Mas no meu

nome, na minha vida, na minha história, tenho como marca as minhas mãos a minha forma de me comunicar: a LIBRAS! Esse bailado que sempre sugerirá benção, edificação. ‘A mão é o verbo dos eleitos’. (p. 17, grifos nossos).

- (3) *Sou surda, mas tenho voz e vez*, pois encontrei razão para a minha vida. Descobri quem realmente eu sou. Cada gesto meu, cheio de silêncio, transborda esta emoção. (p. 17, grifo nosso).

No enunciado (1), percebemos que a beleza, nesse enunciado, é posta em oposição à surdez. A beleza, sobretudo a física, é associada a dom, dádiva, uma benção divina, conforme a autora expõe no escopo do *corpus*: “Conseguí brilhar pela beleza, da qual não me envaideço, porque *beleza* não é mérito, *é dom*. Tenho, sim, gratidão por mais essa *dádiva*. Deus certamente sabia que eu ia precisar de algo em que apoiar-me nessa travessia.” (p. 70, grifos nossos).

Então, como para o sujeito-autor a beleza é uma ocorrência rara positiva (um dom, uma dádiva divina), logo a surdez seria, no enunciado (1), o oposto disso, ou seja, uma deficiência e, talvez até uma maldição (na perspectiva religiosa), configurando uma ocorrência relativamente rara também, porém negativa. É como se o sujeito-autor buscasse compensar ou contrapor uma suposta imagem de “maldição”, “limitação”, “deficiência” – ter nascido surda – a uma dádiva, bênção – ter nascida bela. Se a ideia de surdez, nessa citação, for tomada como deficiência, então a noção de compensação estaria em ressaltar que o que “falta” em Vanessa por ser surda, “sobra” em beleza.

A essa imagem de surdo como deficiente no enunciado (1), destacamos que, o sujeito-autor, ainda que tenha construído “status de liderança surda” (p. 74), como afirma, pela própria condição de assujeitamento inconsciente à ideologia, pode se posicionar no texto escrito, em certas partes, de modo contrário a ideias defendidas pela comunidade surda e por teóricos dos Estudos Surdos. Seleccionamos outras citações que reforçam esses posicionamentos divergentes:

Em virtude da *limitação* que é não ouvir, e tentar falar e não ser compreendida, enfrentei um sem-número de obstáculos. (p. 130, grifo nosso).

Cheguei mesmo a pensar que minha *deficiência* era uma das piores, tinha sede de comunicação. (p. 131, grifo nosso).

Hoje vejo que a *falta de um dos sentidos* nunca me impediram de crescer, de evoluir de ter sonhos, de amar e de ser feliz. *Faço parte comunidade surda*, com orgulho. (p. 70, grifos nossos).

Na perspectiva da identidade surda descrita pelos Estudos Surdos, a surdez deve ser pensada como diferença e não como deficiência, falta de algo ou limitação. Assim, o posicionamento do sujeito-autor em filiações discursivas opostas a da surdez como diferença, atrelado a ideias de surdez como limitação, deficiência, mostra que de fato “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.” (ORLANDI, 2005, p. 32), pois mesmo acreditando estar defendendo uma causa de um grupo, ele não deixa de ser interpelado por discursos outros, evitados e repudiados pelos ideais constituídos por outras formações discursivas desse grupo.

Em (2), temos como destaque “Sou surda, mas sou oralizada”. Para analisar esse excerto, é bom lembrar que, como afirma Guarinello (2007, p. 53): “No Brasil, a grande maioria dos surdos adultos não domina a língua portuguesa. Além disso, há uma considerável parcela de surdos brasileiros que não tem acesso à língua de sinais [...]”. Então, é como se Vanessa ao enunciar isso, ressaltasse que é surda, mas é exceção da maioria dos surdos, pois faz parte do grupo minoritário que, além de saber libras, foi oralizado, sabe o português oral e escrito, conseguindo se comunicar com os ouvintes com certa fluência.

Contudo, a opção pela oralização não é bem vista por grande parte da comunidade surda, devido a certas histórias sobre práticas de oralização dolorosas e degradantes executadas até meados do século XX. Além disso, teóricos como Sueli Fernandes (2006) defendem que o letramento do surdo em uma língua oral não precisaria necessariamente envolver métodos de oralização, mas sim o trabalho com a escrita do sujeito surdo.

Outra possibilidade de interpretar a oralização em oposição à surdez é pensar em discursos como: Sou surda, mas sou “quase” como ouvinte, por saber oralizar e me comunicar com os ouvintes em português. Considerando o relato da autora acerca da dificuldade e determinação da mãe dela para conseguir que a menina (a contragosto) tivesse sessões com a fonoaudióloga em um contexto não favorável (em meados de 1980/1990, no Ceará), ser oralizada também remete a sentidos de mais uma vitória alcançada.

A princípio, na visão de sua família (quicá da sociedade), Vanessa precisava ser mais comum, mais “normal”, ou melhor, menos diferente dos padrões sociais impostos, a garota tinha de ouvir – usar aparelhos (odiados por ela). *Falar* funcionaria como uma prova (duvidosa) de que ela ouvia, *camuflaria sua surdez* profunda. Oralizar, fazer leituras labiais, podiam funcionar como artifícios para dissimular ou diminuir os efeitos de sua surdez. Isso é perceptível na já citada oração coordenada adversativa: “Sou surda, *mas* sou oralizada” (p. 17, grifo nosso); e também na oração subordinada adverbial concessiva presente na obra da

modelo: “*Apesar dos 90% de perda auditiva e de me recusar a usar o aparelho auditivo, conseguia falar e, muito bem, ler lábios.*” (p. 32, grifo nosso).

Na adolescência *eu vivia ensimesmada, triste, fechada num mundo praticamente restrito* ao círculo familiar. Raramente me encontrava com surdos. *Queria ser ouvinte*. Conversava com a minha mãe e ela me pedia calma, perseverança, fé. Ela entendia que, *se quisesse ser ouvinte, eu precisava aprender a falar*, e insistia no uso constante do aparelho como decisivo na aquisição da fala. (p. 76, grifos nossos).

Para entendermos certa contradição em relação a sua posição-sujeito surdo materializada pela adversativa *mas*, faz-se necessário mobilizarmos as formações imaginárias sobre a surdez que até a adolescência o sujeito-autor projetava a partir de imagens negativizadas de discursos sobre o surdo como deficiente. Eram imagens segregacionistas que não agradavam uma jovem em busca de aceitação social; a consequência disso foi a negação de ter ou desejar ter qualquer identidade surda por parte da autora durante a infância e em parte da adolescência.

Minha família e *amigos me aconselhavam a não sinalizar, diziam que era feio, que era besteira*. [...] Na comunidade surda, na família ou com amigos ouvintes *a fala predominava, tinha vergonha de mostrar que era surda*. Se alguém desconfiava e me perguntava, prontamente respondia: *‘Não, não! Eu não sou surda!’*. (p. 43, grifos nossos).

Na obra há a ênfase de que, na fase mais adulta, possivelmente por estreitar os laços com outros surdos, conhecer e identificar-se com a libras, identidades e culturas surdas e estar em confluência com outras formações discursivas, agora da comunidade surda, progressivamente Vanessa passa a construir outras imagens em torno da surdez, imagens essas mais positivas, como no excerto “[...] *eu aceito minha identidade surda* [...]” (VIDAL, 2011, p. 67, grifo nosso), e atribui essa aceitação a uma “descoberta de si” fundamental para sua liberdade:

Passados esses anos de aprendizado, surgiu a hipótese de ser feito, em mim, *um implante coclear*; mas, se lutei tanto e alcancei tantas coisas, sendo assim como sou, por que agora voltar a ouvir? *O silêncio não será a causa de eu haver, mais e mais, me aproximado de Deus, de mim mesma?*

Iria contra tudo que defendo, tudo em que acredito. Meu exemplo não tem amparo na capacidade de expressão verbal fluente, mas na beleza de quem se comunica com a docilidade do corpo amparado em alma que arrebatava para a superação, *para a descoberta de si, para a liberdade e a felicidade*. (p. 17, grifos nossos).

Devido a sua experiência traumática com as práticas de oralidade, a autora afirma: “É preciso romper o paradigma da oralidade como essência para o sujeito surdo.” (p. 138). O fato, que beira a contradição, é que, mesmo defendendo esse rompimento, a autora escreve seu texto inscrevendo-se nessa condição compensatória: “Sou surda, *mas* sou oralizada”...

Entendemos esse modo de dizer como aquilo que foge do controle daquele que diz, que sobra de seu dizer, mas ao mesmo tempo produz um sentido particular ao enunciado e, sobretudo, ao sujeito do dizer. De novo apontamos aí a inconsciência do sujeito, o seu não-controle total sobre o dizer, aliado à interpelação ideológica constitutiva do sujeito.

Vale lembrar também que a ênfase em ser oralizada, em oposição à surdez, pode simbolizar a ideia de ter voz, no sentido literal ou não, como poder falar, expressar-se oralmente em português em situação de interlocução com sujeitos ouvintes. Esses sentidos são mobilizados, sobretudo, no excerto do enunciado (3): “*Sou surda, mas tenho vez e voz.*”. Surdez costuma ser associada a silêncio. E silêncio em situação de opressão pode ser interpretado como submissão e, em alguns casos, resistência. No caso do silêncio nessa obra, ele, quando forçado, é associado à barreira de comunicação enfrentada por uma pessoa surda, interferindo em sua plena participação social, por certo tempo em sua vida: “No auge da adolescência, naturalmente vivia muitos conflitos existenciais, queria descobrir o mundo. *O silêncio me impedia, a comunicação com os colegas era precária [...]*” (p. 46, grifos nossos); “O que mais doía, hoje sei, era essa falha na comunicação, a distância entre significantes e significados.” (p. 37).

O silêncio indicaria algo que precisaria ser quebrado para que o sujeito surdo pudesse impor suas vontades, declarar seus anseios e reivindicar seus direitos. Ao passo que “ter voz” indicaria não se calar no sentido de não ser submisso, fazer-se ouvir, reivindicar direitos, poder se expressar em sinais, cheios de silêncio, mas “capazes de transbordar as emoções”, segundo Vanessa Vidal.

Considerações finais

Por meio da análise realizada, constatamos que a inscrição do sujeito na escrita autobiográfica é permeada pelas formações de imagens, que por sua vez favorecem o posicionamento do sujeito-autor em formações discursivas, constituindo processos de construção discursiva identitária. Como o sujeito imagina que o outro o vê enquanto surdo é essencial nas posições-sujeito assumidas por ele na escrita de si.

Assim, as imagens de si da autora da obra analisada, como resposta a imagens negativas sobre o surdo, traduzem imagens de uma mulher surda que vivenciou e narrou “uma história de superação”, “conseguiu brilhar”, tornar-se uma estrela-guia entre a comunidade surda; que passou da negação de sua surdez à aceitação e divulgação da cultura e identidade surda. E, o mais importante, imagens de um sujeito surdo que busca defender a causa surda,

mas não consegue fugir da interpelação ideológica e de se posicionar em uma e não em outra formação discursiva. Enfim, imagens que constituem o sentido do dizer e o próprio sujeito que diz, independentemente da língua utilizada, no âmbito das formações discursivas, possibilitando uma construção discursiva do surdo na escrita autobiográfica.

Referências

CAMPOS, D. W.; STUMPF, M. R. Cultura surda: um patrimônio em contínua evolução. In. PERLIN, G.; STUMPF, M. (Org.). *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*. Curitiba, PR: CRV, 2012.

DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, S. *Práticas de letramento na educação bilíngüe para surdos*. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: <http://www.culturasorda.eu/resources/Fernandes_praticas_letramentos+surdos_2006.pdf>. Acesso em: 12 jun de 2016.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GUARINELLO, A. C. *O papel do outro na escrita de surdos*. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2007.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In. LODI, Ana Cláudia; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. (orgs.). *Letramento e minorias*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

KELLER, H. *A história de minha vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LABORIT, E. *O vôo da gaivota*. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MIANES, F.; MÜLLER, J. I.; FURTADO, R. S. S. Literatura surda: um olhar para as narrativas de si. KARNOPP, L. KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARI, M. (Orgs.). *Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas, RS: ULBRA, 2011.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, I (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

_____. *Discurso e leitura*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
In: PFEIFER, P. *Crônicas da Surdez*. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2013.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, F; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do obvio*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

PERLIN, G. *Identidades surdas*. In: SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009.

VIDAL, V. *A verdadeira beleza: uma história de superação*. 2. ed. Fortaleza: Expressão gráfica e editora Ltda., 2011.